



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Oral

Há dias, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) detectou um caso suspeito de falsificação de documentos e burla. Os arguidos terão, por várias vezes, obtido subsídios do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética (FPACE), por meios fraudulentos. Estes arguidos prestavam ajuda a empresas no tratamento de formalidades para a obtenção dos subsídios em causa, só que apresentavam aos serviços competentes na área de protecção ambiental preços exagerados pelos produtos fornecidos, e até as firmas de algumas dessas empresas foram utilizadas para este efeito sem o conhecimento das mesmas. Até agora, verificou-se que o caso envolve vinte e dois pedidos.

O FPACE foi lançado há três anos e tem como objectivo promover os trabalhos de protecção ambiental, em Macau. Segundo as informações, até Junho do corrente ano, o FPACE recebeu cerca de 5 mil pedidos, envolvendo subsídios no valor de 240 milhões. O apoio financeiro a conceder às entidades comerciais e associações por cada pedido é o correspondente a 80% do montante total dos produtos e equipamentos adquiridos ou substituídos, não podendo exceder o limite máximo de 500 mil patacas. O pedido envolve várias informações técnicas e documentos relacionados com os registos comercial e predial, ou seja, exige que o requerente apresente informações técnicas conhecidas apenas pelos entendidos na matéria, por isso, para o utilizador comum, é difícil apresentá-lo sozinho. Assim, várias empresas de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

equipamentos ou lojas de artigos eléctricos transformaram-se em consultoras que terão prestado serviços para ajudar as empresas a conseguir subsídios do referido Fundo, ajudando-as a preparar os documentos para o pedido e a encontrar “equipamentos verdes”, no intuito de resolver as dificuldades de certas empresas. Porém, alguns indivíduos aproveitaram esta oportunidade para vender produtos da sua empresa ou tirar proveitos ao longo do processo de candidatura.

No mês passado, houve quem se apresentasse como funcionário da Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental para promover o FPACE e realizar vendas ao domicílio. Segundo um lojista, este entregou a fotocópia do BIR do seu representante legal e outros documentos a uma empresa que prestava ajuda no tratamento das formalidades de candidatura ao apoio financeiro, mas, quando posteriormente entrou em contacto com essa empresa, não obteve resposta nem qualquer informação sobre o resultado do pedido. A empresa alegava prestar ajuda no tratamento das formalidades de candidatura ao FPACE, mas, afinal, tudo não passava de promoção, publicidade e tratamento das referidas formalidades de forma desonesta, para obtenção de benefícios e, muito provavelmente, para recolha de dados pessoais de empresas ou operadores, para outros fins, pondo assim em risco a segurança dos referidos dados.

Nestes termos, interpele o Governo sobre o seguinte:



( Tradução )

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

1. As formalidades de candidatura ao FPACE são demasiado complexas e se, por um lado, há pessoas que aproveitam este Fundo como um meio de promoção dos seus produtos, por outro, isto poderá dar lugar a problemas ainda mais graves. De que medidas dispõe o Governo para evitar o aparecimento de situações idênticas? O Governo vai reforçar as acções de sensibilização e alertar a população para a respectiva prevenção?
  
2. O Governo deve reforçar a fiscalização quanto às formalidades de candidatura ao FPACE e à apresentação das respectivas informações, assim como rever as actuais formalidades e reduzir a complexidade do respectivo processo, a fim de suprir as lacunas. O Governo vai fazer isso?
  
3. O Governo vai clarificar as instruções de candidatura e elevar a sua transparência, para as pequenas e médias empresas tomarem conhecimento da forma de candidatura e serem as próprias a apresentá-la, e para as respectivas políticas poderem produzir os seus devidos efeitos?

24 de Outubro de 2014.

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM

Leong On Kei